



# SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

## SIMULADO

# 09



PREPARE-SE COMO QUEM  
QUER FAZER PARTE.

# MPES

## AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES  
NO ESTILO  
DA BANCA



CONTEÚDO  
ATUALIZADO



DESEMPENHO  
DETALHADO



FOCO NA  
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. **PASSE.**



## Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

## Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

## Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



# Língua Portuguesa

## Questão 1

No texto, a estratégia argumentativa empregada pelo autor para questionar o primado da celeridade nos fluxos institucionais fundamenta-se na:

- A) Exposição de dados orçamentários que demonstram o custo excessivo da manutenção do Sistema Eletrônico de Informações.
- B) Identificação de uma contradição pragmática, em que a busca obsessiva pela rapidez operacional deteriora a qualidade e a profundidade do ato final.
- C) Constatação de uma ilegalidade formal que anula a presunção de legitimidade das portarias expedidas pelas secretarias executivas.
- D) Sugestão de restabelecimento integral dos suportes analógicos e físicos de arquivamento como salvaguarda ética contra fraudes.
- E) Dedução de que os servidores efetivos se recusam voluntariamente a cumprir as diretrizes de governança previstas no edital.

## Questão 2

De acordo com a linha de raciocínio construída no texto, a disponibilização maciça de relatórios técnicos sem tratamento analítico produz como consequência direta:

- A) A redução imediata das demandas e denúncias encaminhadas às ouvidorias gerais.
- B) A perda da competência regulamentar das chefias superiores do Ministério Público.
- C) O distanciamento e a incapacidade do cidadão de exercer o efetivo controle social sobre as contas públicas.
- D) A convalidação automática de atos eivados de nulidade material praticados por agentes incompetentes.
- E) O realinhamento orçamentário das autarquias em conformidade estrita com as diretrizes da LGPD.

## Questão 3

Com base na argumentação textual, a expressão 'mito conveniente' sugere que a suposta isenção dos sistemas automatizados de triagem atua para:

- A) Assegurar o cumprimento das tabelas de temporalidade e eliminação de documentos de forma compulsória.
- B) Mascarar a permanência de critérios subjetivos e escolhas políticas na fase de estruturação tecnológica do sistema.
- C) Reduzir substancialmente as metas de produtividade exigidas pelas comissões permanentes de licitação.
- D) Garantir a autonomia financeira das defensorias regionais perante a Procuradoria-Geral de Justiça.
- E) Legitimar a supressão definitiva dos prazos recursais previstos no regime jurídico administrativo único.

## Questão 4

No texto, a crítica desenvolvida pelo autor direciona-se contra:

- A) O descumprimento dos prazos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação pelos portais de transparência regional.
- B) A falta de treinamento específico dos servidores contratados temporariamente pelas comissões de licitação.
- C) A hipertrofia de normas de conformidade formal que imobiliza a atuação gerencial e afasta o foco do resultado público final.
- D) A ausência de punições severas na Lei de Improbidade Administrativa para atos praticados com culpa grave.
- E) A subordinação do Ministério Público do Estado do Espírito Santo aos parâmetros definidos por auditorias privadas.

### Questão 5

A principal linha argumentativa sustentada pelo autor no fragmento baseia-se na:

- A) Demonstração de que a linguagem técnica do processo civil serve exclusivamente para perpetuar privilégios corporativos de classe.
- B) Defesa do rigor e da precisão conceitual dos termos técnicos como salvaguardas necessárias contra ambiguidades e instabilidades na aplicação do direito.
- C) Sugestão de ampliação discricionária das competências interpretativas conferidas aos assessores de nível médio.
- D) Constatação de que a simplificação vernacular extingue de forma definitiva as nulidades decorrentes de incompetência material.
- E) Proposta de submeter a redação dos editais públicos à revisão prévia obrigatória das equipes de tecnologia da informação.

### Questão 6

No contexto em que está inserido, o vocábulo assinalado em destaque denota a ação de:

- A) Retificar, corrigindo os erros formais cometidos na fase inicial da oitiva.
- B) Confessar, admitindo a responsabilidade civil de forma espontânea e cabal.
- C) Sublocar, transferindo a custódia das provas materiais a órgãos estranhos ao controle.
- D) Subverter, alterando os prazos peremptórios fixados na tabela de temporalidade.
- E) Evasivas, utilizando rodeios ou desculpas para desviar-se do foco principal da pergunta.

### Questão 7

A lacuna do período acima deve ser preenchida por um conectivo que introduza um nexos coordenativo adversativo, preservando a coesão e a estrita correção. A opção adequada é:

- A) por conseguinte
- B) conquanto
- C) todavia
- D) visto que
- E) posto que

### Questão 8

O período acima estruturado apresenta um descompasso na correlação temporal. Caso o primeiro verbo destacado fosse flexionado no futuro do subjuntivo ('Se a assessoria jurídica revir...'), a forma verbal subsequente deveria ser corrigida e assumir a seguinte forma:

- A) não incorrerá.
- B) não incorrera.
- C) não incorra.
- D) não teria incorrido.
- E) não incorresse.

### Questão 9

Assinale a opção que apresenta um período inteiramente correto sob a ótica das diretrizes de concordância verbal estabelecidas pela norma-padrão:

- A) Aluga-se salas de treinamento técnico no bloco operacional para a capacitação das equipes.
- B) Grande parte dos índices de temporalidade documental foi revisada pela comissão técnica de arquivos.
- C) Devem haver outros registros de protocolo arquivados na pasta digital de segurança.
- D) Fazem dez semanas que a portaria instituiu o regime integrado de teletrabalho na serventia.
- E) Fui eu que encaminhou ontem as mídias para o setor de ouvidoria geral do órgão.

### Questão 10

Considerando os critérios formais de paralelismo sintático, assinale a opção que reescreve a frase estruturando os elementos correlacionados em perfeita simetria:

- A) A nova resolução normativa visa não apenas consolidar as diretrizes éticas das comissões, mas também à capacitação dos analistas efetivos.
- B) A nova resolução normativa visa tanto a consolidação das diretrizes éticas quanto capacitar os analistas efetivos.
- C) A nova resolução normativa visa não apenas à consolidação das diretrizes éticas das comissões, mas também à capacitação dos analistas efetivos.
- D) A nova resolução normativa visa não só à consolidação das diretrizes, como também visa capacitar os analistas.
- E) A nova resolução normativa visa consolidar as diretrizes éticas e simultaneamente focar na capacitação.

### Questão 11

As lacunas do fragmento de texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) às — a — a — às
- B) as — às — à — as
- C) às — à — a — a
- D) as — a — as — a
- E) às — à — à — a

### Questão 12

Caso o redator optasse por introduzir vírgulas isolando a oração adjetiva inserida no período ('Os servidores públicos civis, que cometeram faltas graves durante o exercício das funções, foram...'), essa modificação provocaria a seguinte consequência:

- A) Incorreção sintática imediata por segregar o adjunto adnominal restritivo obrigatório de seu núcleo.
- B) Mudança semântica substancial, indicando de maneira explicativa que a totalidade dos servidores civis cometeu faltas graves e foi submetida a processo.
- C) Restrição do universo de agentes afetados pela sanção, explicitando que apenas uma parcela restrita violou os deveres.
- D) Afastamento do nexos de causalidade lógico, transformando uma hipótese temporal em fato consumado condicional.
- E) Nenhuma alteração de significado ou de estrutura, visto que o isolamento de orações adjetivas possui caráter facultativo e estilístico.

### Questão 13

Atendendo aos preceitos regimentais de regência nominal, as lacunas devem ser preenchidas por:

- A) por — do que a
- B) em — que os
- C) por — a
- D) de — do que aos
- E) pelos — do que os

### Questão 14

A oração sublinhada no período acima introduz uma circunstância subordinada adverbial de:

- A) Tempo cronológico pontual.
- B) Proporcionalidade simultânea.
- C) Conformidade administrativa.
- D) Causalidade lógica retroativa.
- E) Concessão argumentativa.

### Questão 15

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, observando as restrições formais impostas pela norma-padrão quanto à colocação pronominal:

- A) havia alertado-nos — processar-se-iam
- B) nos havia alertado — processar-se-iam
- C) havia nos alertado — se processariam
- D) nos havia alertado — se processariam
- E) havia alertado-nos — se processariam

## Raciocínio Lógico matemático

### Questão 16

Com base nos dados estruturados na tabela, a porcentagem correspondente à participação da agência Norte no total geral de certidões triadas pelas três agências juntas ao longo do bimestre completo é de exatamente:

- A) 25%
- B) 33,3%
- C) 35%
- D) 40%
- E) 50%

### Questão 17

Considerando que todos os 4 dígitos da sequência informada são algarismos estritamente distintos entre si, o produto entre o primeiro algarismo (A) e o terceiro algarismo (C) dessa senha é igual a:

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 6
- E) 8

### Questão 18

Considerando que o empilhamento deve preencher o espaço interno de cada caixa organizadora sem deixar folgas ou deformar as pastas, a quantidade máxima de blocos que caberá em uma única caixa é igual a:

- A) 24
- B) 36
- C) 48
- D) 60
- E) 72

### Questão 19

Cumprindo-se rigorosamente os critérios formais de proporcionalidade inversa, a quantidade de certidões que coube ao agente Yuri conferir foi de:

- A) 30
- B) 45
- C) 60
- D) 90
- E) 120

### Questão 20

Diante das relações de proporcionalidade e porcentagem informadas, o valor total investido na aquisição apenas dos computadores foi de:

- A) R\$ 24.000,00
- B) R\$ 30.000,00
- C) R\$ 36.000,00
- D) R\$ 40.000,00
- E) R\$ 45.000,00

## Legislação e Código de Ética do MPES

## Questão 21

Segundo os preceitos expressos de organização corporativa inscritos na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, a competência para processar, votar e fixar as listas de merecimento de membros candidatos à promoção funcional pertence ao:

- A) Governador do Estado por meio de decreto discricionário absoluto.
- B) Conselho Superior do Ministério Público.
- C) Presidente do Tribunal de Justiça por simetria orgânica jurisdicional.
- D) Secretário de Estado da Segurança Pública por avocação extraordinária.
- E) Comitê gestor de servidores estáveis pertencentes ao grupo de apoio.

## Questão 22

Conforme a terminologia técnica estipulada no Artigo 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo de forma definitiva, denomina-se:

- A) Pseudonimização reversível de metadados de protocolo.
- B) Anonimização.
- C) Convalidação compulsória cadastral.
- D) Desidratação de planilhas orçamentárias eletrônicas.
- E) Temporalidade documental digital restrita.

## Questão 23

Em conformidade com as diretrizes imperativas de governança e transparência instituídas pela Portaria PGJ nº 897/2023, o tratamento de dados pessoais realizado pelo Ministério Público capixaba deve observar estritamente o princípio da:

- A) Omissão facultativa de metadados para agilização do trâmite eletrônico.
- B) Finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.
- C) Precedência dos interesses comerciais de empresas terceirizadas de software.
- D) Publicidade bruta sem filtros analíticos ou simplificação de processos.
- E) Subordinação hierárquica compulsória às comissões de ética do Poder Executivo.

## Questão 24

Com amparo direto nas regras organizacionais e de autonomia financeira asseguradas pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, a proposta orçamentária do MPES, após aprovação interna pelos colegiados superiores, deve ser encaminhada:

- A) Ao Tribunal de Justiça para fins de fusão orçamentária compulsória subordinada.
- B) Ao Governador do Estado, para consolidação e encaminhamento ao Poder Legislativo na forma do projeto de lei orçamentária anual.
- C) Diretamente à Secretaria de Estado da Fazenda, prescindindo da votação na Assembleia.
- D) À comissão de finanças do Tribunal de Contas para homologação discricionária prévia.
- E) A uma auditoria privada estrangeira para validação de metadados operacionais.

### Questão 25

De acordo com o catálogo taxonômico orgânico estruturado pela Lei Complementar Estadual nº 95/1997, os estagiários, os órgãos de apoio administrativo e a Ouvidoria do Ministério Público inserem-se na categoria de Órgãos:

- A) De Administração Superior Ordinária.
- B) Auxiliares.
- C) De Execução Coletiva Extraordinária.
- D) De Controle Externo Compartilhado.
- E) De Temporalidade Documental Crítica.

### Questão 26

Frente às vedações expressas e imperativos morais estipulados na Resolução CNMP nº 261/2023 (Código de Ética), a prestação de serviços de assessoria e marketing a agremiações políticas por parte de integrantes do Ministério Público constitui:

- A) Atividade complementar legítima, amparada nos direitos civis de livre manifestação do pensamento.
- B) Infração ética grave e conduta proibida, malferindo o dever de isenção, neutralidade política e independência exigidos pelo vínculo funcional com a instituição ministerial.
- C) Mera falta administrativa leve passível de convalidação pelas ouvidorias digitais externas.
- D) Prática chancelada, desde que o plano de marketing seja executado fora do horário regular de expediente.
- E) Mero erro estilístico sanável com o arquivamento das minutas de e-mails na plataforma SEI.

### Questão 27

De acordo com as diretrizes orgânicas expressas contidas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, a aprovação no estágio probatório confirma a aquisição, por parte do membro da instituição, da seguinte garantia constitucional:

- A) Estabilidade simples administrativa após três anos.
- B) Vitaliciedade, cuja perda do cargo após a confirmação só poderá ocorrer mediante sentença judicial transitada em julgado.
- C) Inamovibilidade absoluta imune a motivos de interesse público.
- D) Isenção tributária pecuniária extraordinária estadual.
- E) Autonomia discricionária para alterar tabelas de temporalidade orçamentária.

### Questão 28

Frente às regras de transparência pública e integridade cadastral reguladas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o tratamento de dados pessoais para fins de publicidade oficial institucional sem o consentimento dos titulares é:

- A) Ilícito, gerando dever compulsório de indenização pecuniária por quebra de sigilo profissional.
- B) Lícito, pois fundamenta-se na base legal do cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador e no princípio da publicidade administrativa.
- C) Lícito temporariamente, sob a condição de hifenização facultativa dos nomes próprios nas planilhas.
- D) Ilícito, sujeitando a Procuradoria-Geral a penas de suspensão de funcionamento aplicadas pela ANPD.
- E) Anômalo, exigindo a destruição digital diária dos metadados de protocolo do SEI.

### Questão 29

À luz das diretrizes imperativas de governança e mitigação de riscos de vazamento estabelecidas pela Portaria PGJ nº 897/2023, a conduta do analista configura:

- A) Prática legítima amparada nos preceitos gerenciais de simplificação de processos.
- B) Irregularidade grave de segurança da informação, violando os princípios da confidencialidade, prevenção e segurança de dados pessoais sob custódia do órgão.
- C) Procedimento de triagem técnica de rotina imune a anotações correccionais disciplinares.
- D) Mera falta estilística que dispensa registro nas planilhas de temporalidade documental.
- E) Ato de improbidade com perda imediata das prerrogativas de inamovibilidade institucional.

### Questão 30

Segundo os preceitos expressos de organização corporativa inscritos na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, as substituições regulamentares do Corregedor-Geral do Ministério Público dão-se pelo:

- A) Promotor de Justiça mais jovem aprovado no último concurso público de provas e títulos.
- B) Subcorregedor-Geral do Ministério Público ou, na falta deste, pelo Procurador de Justiça mais antigo integrante do Colégio de Procuradores.
- C) Presidente do Tribunal de Justiça por simetria jurisdicional extraordinária.
- D) Secretário de Estado da Justiça mediante portaria discricionária governamental.
- E) Analista especializado estável com maior tempo de serviço lotado na Diretoria Geral.

## Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

### Questão 31

Um Secretário Estadual de Saúde removeu de ofício uma enfermeira estável de um hospital de grande porte para uma unidade de saúde fronteira isolada. No ato administrativo, constou explicitamente como motivo a 'necessidade imperiosa de reforço técnico de enfermagem na localidade de destino'. Contudo, em mandado de segurança, restou cabalmente provado por certidões oficiais que a unidade de destino possuía excedente de pessoal e que a real intenção do Secretário foi afastar a servidora após esta ter denunciado falhas em contratos de insumos. O ato de remoção padece de vício de:

- A) Forma essencial, gerando anulabilidade simples sujeita a convalidação retroativa.
- B) Motivo, por erro sobre a matéria de fato e de direito (falsidade do motivo), ensejando a nulidade absoluta do ato por força da Teoria dos Motivos Determinantes.
- C) Incompetência em razão da matéria, visto que a remoção de pessoal estável exige decreto do Governador.
- D) Objeto ilícito, sendo imune ao controle jurisdicional face ao mérito administrativo discricionário.
- E) Caducidade procedimental decorrente do desvio de poder concorrente.

### Questão 32

Uma associação de âmbito nacional ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o STF com o intuito de questionar um conjunto de decisões judiciais proferidas por Juizados Especiais da Fazenda Pública que aplicavam interpretação alegadamente violadora do direito fundamental à saúde. O Procurador-Geral da República manifestou-se sobre o requisito da subsidiariedade. À luz da Lei nº 9.882/99 e do entendimento do STF, a ADPF:

- A) Não deve ser conhecida, pois o princípio da subsidiariedade veda a utilização de ADPF contra atos de natureza estritamente jurisdicional.
- B) Deve ser conhecida, pois o princípio da subsidiariedade exige apenas a inexistência de outro meio eficaz de controle concentrado abstrato (como ADI ou ADC) capaz de sanar a lesividade de forma ampla, geral e imediata.
- C) Não deve ser conhecida, exceto se a associação providenciar o depósito prévio compulsório de custas recursais federais.
- D) Deve ser conhecida, operando-se o efeito repristinatório automático sobre todas as sentenças transitadas em julgado há mais de cinco anos.
- E) Não deve ser conhecida, uma vez que decisões de juizados especiais não possuem o status de atos do poder público.

### Questão 33

A Administração Pública Estadual editou ato administrativo revisando de ofício uma aposentadoria concedida a um servidor público há sete anos, sob o fundamento de que houve erro de cálculo nos valores das vantagens incorporadas. O servidor impetrou mandado de segurança arguindo a ocorrência da coisa julgada administrativa e a decadência do poder de autotutela. De acordo com os preceitos gerais de direito administrativo brasileiro:

- A) A Administração pode rever seus atos a qualquer tempo, de forma perpétua, face ao princípio da supremacia do interesse público absoluto.
- B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- C) A coisa julgada administrativa impede que o Poder Judiciário analise o mérito da revisão realizada pelo órgão.
- D) O prazo decadencial de autotutela é interrompido indefinidamente por qualquer mudança de gestão política executiva.
- E) A decadência não se aplica a revisões que importem em redução de despesa corrente de pessoal.

### Questão 34

O Ministério Público do Estado elaborou sua proposta orçamentária anual dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a encaminhou ao Poder Executivo. O Governador do Estado, alegando necessidade de contingenciamento fiscal decorrente da queda de arrecadação de ICMS, reduziu unilateralmente os valores da proposta do MP antes de enviá-la à Assembleia Legislativa. A conduta do Governador configura:

- A) Exercício legítimo do poder de chefia da administração financeira estadual.
- B) Violação flagrante à autonomia administrativa e financeira do Ministério Público (Art. 127, § 3º, da CF), competindo exclusivamente ao Poder Legislativo deliberar sobre emendas ou cortes na proposta orçamentária formulada pelo Parquet.
- C) Mera irregularidade sanável por meio de termo de ajustamento de gestão fiscal setorial.
- D) Vício de iniciativa mitigado pela aplicação das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E) Inconstitucionalidade formal orgânica, cuja correção exige a imediata intervenção federal no Estado.

### Questão 35

No interior de uma cela de estabelecimento prisional estadual, um detento foi brutalmente agredido e morto por outros detentos durante o período noturno, sem que houvesse motim ou rebelião em curso. A família da vítima ajuizou ação indenizatória contra o Estado. À luz do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (Tema 592), a responsabilidade civil do Estado:

- A) É de natureza subjetiva, exigindo que a família comprove a negligência específica do agente de plantão no momento exato do crime.
- B) É de natureza objetiva, baseada no risco administrativo, em razão do dever constitucional de proteção e integridade física dos detentos sob sua custódia direta (Art. 5º, XLIX, da CF), bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a omissão específica de vigilância e o dano experimentado.
- C) Inexiste, haja vista que o crime foi praticado por terceiros (outros detentos), caracterizando fato de terceiro que rompe o nexo causal.
- D) É de natureza objetiva sob a teoria do risco integral, impedindo o Estado de alegar excludentes como a culpa da própria vítima.
- E) Fica condicionada à prévia condenação penal dos detentos agressores no juízo criminal comum.

### Questão 36

A direção de um presídio de segurança máxima interceptou, leu e reteve uma carta enviada por um detento ao seu advogado constituído, sob a suspeita genérica de que o preso estaria articulando a liderança de facções criminosas externas. À luz dos limites dos direitos fundamentais e das prerrogativas da advocacia, a conduta da direção é:

- A) Plenamente lícita, pois detentos perdem o direito ao sigilo de correspondência com qualquer interlocutor de forma automática.
- B) Ilícita, visto que a comunicação escrita entre o advogado e seu cliente investigado está protegida pelo sigilo profissional inviolável, cuja mitigação exige indícios concretos específicos e prévia autorização judicial fundamentada.
- C) Lícita, desde que a leitura seja realizada na presença de duas testemunhas da Pastoral Carcerária.
- D) Ilícita, unicamente porque a direção de estabelecimentos prisionais carece de competência para interceptar correspondências de qualquer espécie.
- E) Lícita, operando-se a suspensão imediata de todas as prerrogativas profissionais do patrono.

### Questão 37

O MPES pretende contratar a construção de um novo edifício para sediar as promotorias de uma comarca do interior. A equipe técnica optou por um regime de contratação em que o contratado se encarrega de executar a obra por preço certo e total, assumindo os riscos de variações ordinárias de quantitativos e custos dentro do escopo. Nos termos da Lei nº 14.133/21, esse regime de execução indireta denomina-se:

- A) Empreitada por preço unitário.
- B) Empreitada por preço global.
- C) Contratação por tarefa.
- D) Fornecimento e prestação de serviço associado.
- E) Contratação semi-integrada pura.

### Questão 38

Um Deputado Estadual apresentou projeto de lei ordinária que dispunha sobre a reestruturação das carreiras e o aumento de remuneração dos servidores do Poder Executivo do Estado. O projeto foi aprovado pela Assembleia e sancionado pelo Governador. Meses depois, um partido político ajuizou ADI perante o STF. Do ponto de vista constitucional, a referida lei estadual apresenta inconstitucionalidade:

- A) Material, por violar o teto remuneratório geral estabelecido no Art. 37, XI da CF.
- B) Formal subjetiva (vício de iniciativa), visto que as leis que dispõem sobre servidores públicos, seu regime jurídico e aumento de remuneração são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, sendo que a sanção posterior do projeto não convalida o vício inicial.
- C) Formal objetiva, em razão da falta de realização de audiências públicas obrigatórias pelo parlamento.
- D) Material, por ferir o princípio do federalismo fiscal simétrico concorrente.
- E) Nenhuma, haja vista que a sanção expressa do Governador opera a purgação total de qualquer vício de iniciativa anterior.

### Questão 39

Um particular invadiu e construiu uma habitação em uma área territorial desocupada pertencente ao patrimônio imobiliário de uma fundação pública estadual de direito público. Após cinco anos de ocupação contínua, a fundação ajuizou ação de reintegração de posse. O particular alegou em sua defesa o direito de retenção pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas no local. Conforme a jurisprudência sumulada do STJ (Súmula 619):

- A) O particular faz jus à indenização por benfeitorias se demonstrar boa-fé inicial.
- B) A ocupação ilegal de bem público não configura posse, mas mera detenção de natureza precária, o que afasta o direito de retenção por benfeitorias e impede o recebimento de qualquer indenização do poder público.
- C) O particular adquire a posse plena do bem se a Administração não realizou notificações nos primeiros 36 meses.
- D) As benfeitorias integram o patrimônio do particular, que poderá retirá-las forçadamente por meio de desforço imediato.
- E) O litígio deve ser resolvido por meio de desapropriação indireta compulsória fixada pelo juiz.

### Questão 40

Um oficial da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo sofreu punição disciplinar de prisão por dez dias, aplicada por seu superior hierárquico em virtude da prática de transgressão militar de insubordinação. O oficial impetrou Habeas Corpus perante o Tribunal de Justiça, alegando que o procedimento violou a ampla defesa. Diante do comando do Art. 142, § 2º da CRFB/88, o juízo sobre o cabimento do Habeas Corpus estabelece que:

- A) Não cabe Habeas Corpus contra punições disciplinares militares em nenhuma hipótese, estando o ato imune a qualquer verificação judicial.
- B) O Habeas Corpus é cabível estritamente para o controle de legalidade da punição disciplinar militar (aspectos formais como competência, regularidade do procedimento e tipicidade do ato), sendo vedada ao Judiciário a análise do mérito administrativo da sanção aplicada.
- C) O Habeas Corpus cabe de forma ampla, cabendo ao tribunal reavaliar as provas e reduzir a pena discricionariamente.
- D) O remédio é incabível perante a justiça comum estadual, competindo o julgamento exclusivo à Justiça Militar da União.
- E) A concessão da ordem importa na automática promoção do oficial punido ao posto imediatamente superior.

## Questão 41

No curso de uma ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público contra um Secretário Municipal de Obras, o Parquet requereu o afastamento cautelar do agente público de suas funções. À luz do Art. 20 da LIA (Lei nº 8.429/92), com as alterações da Lei nº 14.230/21, o afastamento cautelar:

- A) Opera-se automaticamente com o simples recebimento da petição inicial da ação de improbidade.
- B) Poderá ser determinado pelo juiz, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período por decisão motivada, quando a medida for estritamente necessária para evitar que o agente influencie na instrução processual ou cometa novos ilícitos.
- C) Exige a perda imediata dos vencimentos e subsídios do cargo durante o período de afastamento.
- D) É de competência exclusiva do Tribunal de Contas, carecendo o Poder Judiciário de jurisdição cautelar no âmbito da LIA.
- E) É perpétuo e perdura até o trânsito em julgado da sentença condenatória final.

## Questão 42

A Assembleia Legislativa estadual aprovou lei vinculando 5% da receita arrecadada com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) à criação de um fundo especial destinado exclusivamente ao financiamento de programas de recapeamento asfáltico geridos pelas prefeituras municipais. Sopesando a regra com o Art. 167, IV, da CRFB/88, a referida lei estadual é:

- A) Constitucional, visto que a melhoria das vias públicas reverte em bônus direto para os contribuintes do imposto.
- B) Inconstitucional, pois viola o princípio da não afetação (ou não vinculação) das receitas de impostos, que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções taxativas expressas na própria Constituição.
- C) Constitucional, desde que o fundo seja administrado paritariamente por membros do Ministério Público.
- D) Inconstitucional, unicamente porque a criação de fundos especiais exige a aprovação por maioria de dois terços dos parlamentares.
- E) Constitucional, operando-se como legítima descentralização fiscal federativa regionalizada.

### Questão 43

Um fiscal de posturas municipais constatou que uma lanchonete exibia um letreiro publicitário com dimensões ligeiramente superiores às permitidas pela legislação urbanística local. O fiscal aplicou imediatamente a penalidade de interdição total do estabelecimento e cassação do alvará de funcionamento. O proprietário impetrou mandado de segurança. O ato do fiscal padece de vício por infringência direta ao princípio da:

- A) Legalidade estrita, por falta de previsão tipificada em regulamento.
- B) Proporcionalidade (em sua vertente da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito), haja vista a flagrante falta de moderação e equilíbrio entre a infração leve cometida e a severidade extrema da sanção aplicada.
- C) Continuidade do serviço público, ante o fechamento compulsório de atividade comercial cível.
- D) Impessoalidade, operando-se a preclusão administrativa pela ausência de notificação prévia de trânsito em julgado.
- E) Segurança jurídica restritiva setorial.

### Questão 44

O Presidente da República editou decreto instituindo o Estado de Defesa em determinada região do território nacional para preservar a ordem pública ameaçada por calamidade de grandes proporções. Nos moldes traçados pelo Art. 136 da CRFB/88, o tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a:

- A) 15 dias, vedada qualquer espécie de prorrogação ou renovação temporária.
- B) 30 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- C) 60 dias fixos, condicionados à aprovação prévia por dois terços do Congresso Nacional.
- D) 90 dias, prorrogáveis por prazos sucessivos de 30 dias mediante autorização do STF.
- E) 6 meses, operando-se a suspensão compulsória de todas as garantias individuais civis.

### Questão 45

Ao analisar os sistemas de controle da atividade administrativa adotados no direito comparado, um técnico do MPES constatou que o ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema da jurisdição una (ou sistema inglês). A consequência prática desse modelo estrutural para o controle dos atos administrativos é que:

- A) As decisões proferidas pelos tribunais administrativos da Administração possuem força de coisa julgada absoluta e imutável.
- B) Nenhum ato ou lesão a direito individual ou coletivo pode ser excluído da apreciação do Poder Judiciário (Art. 5º, XXXV da CF), sendo este o único órgão dotado de competência para proferir decisões definitivas com força de coisa julgada material.
- C) O Ministério Público assume a competência jurisdicional originária para julgar litígios de servidores estatais.
- D) Exige-se o esgotamento compulsório prévio da instância administrativa para viabilizar qualquer acesso ao Judiciário.
- E) Os atos discricionários da Administração ficam integralmente imunes a exames de legalidade pelos juízes.

## Noções de Administração e de Administração Pública

### Questão 46

No contexto da evolução da Administração Pública Gerencial e das exigências de governança pós-burocrática, o termo 'accountability' assumiu papel de destaque. Esse conceito traduz-se de forma direta no dever contínuo que possui o gestor público de:

- A) Centralizar as decisões regulamentares em gabinetes restritos de assessoria.
- B) Prestar contas de sua atuação, assumir a responsabilidade por seus atos e omissões e submeter-se à transparência e à avaliação social.
- C) Imunizar os contratos administrativos de prestação de serviços contra auditorias externas.
- D) Garantir o reajuste inflacionário automático de taxas tributárias estaduais.
- E) Garantir a estabilidade decenal compulsória de funcionários terceirizados.

### Questão 47

A reforma do aparelho do Estado no Brasil normatizou novas formas de parceria com o Terceiro Setor. As pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, cuja finalidade seja de interesse social e que recebam do Ministério da Justiça uma qualificação específica regulada pela Lei nº 9.790/99, são denominadas:

- A) Organizações Sociais (OS).
- B) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
- C) Fundações públicas de direito público.
- D) Agências Reguladoras independentes.
- E) Consórcios públicos intermunicipais.

### Questão 48

Ao mapear a carteira de serviços de uma fundação pública de desenvolvimento regional, o administrador constatou que determinado programa social possui uma altíssima participação nas demandas da comunidade, mas sua taxa de crescimento setorial estabilizou-se no mercado externo, gerando receitas constantes e previsíveis que custeiam outras áreas. Na matriz BCG adaptada, esse produto classifica-se como:

- A) Estrela (Star).
- B) Vaca Leiteira (Cash Cow).
- C) Interrogação (Question Mark).
- D) Cão/Abacaxi (Dog).
- E) Ameaça macroambiental.

### Questão 49

O Código de Ética Profissional do Servidor Público estabelece balizamentos rígidos sobre a verdade no serviço público. O texto deontológico explicita que o servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria Administração ou da chefia, porque a dignidade do cargo exige integridade. A omissão intencional da verdade pelo agente público, nos termos do regulamento, constitui infração que atenta contra a:

- A) Discricionariedade técnica da chefia.
- B) Eficácia do trabalho e a moralidade administrativa, danificando o patrimônio moral do Estado.
- C) Soberania orçamentária concorrente municipal.
- D) Transparência passiva diferida temporária.
- E) Regra de ouro de endividamento da LRF.

### Questão 50

A Secretaria de Administração do MPES implementou um programa de gestão da qualidade voltado para a reorganização física e digital das promotorias. O projeto baseia-se em cinco sentidos comportamentais e materiais sucessivos: Utilização (Seiri), Organização (Seiton), Limpeza (Seiso), Saúde/Higiene (Seiketsu) e Autodisciplina (Shitsuke). Essa ferramenta da qualidade denomina-se:

- A) Programa de Reengenharia Disruptiva.
- B) Metodologia 5S (ou Housekeeping).
- C) Análise Swot microambiental.
- D) Mapeamento Seis Sigma funcional.
- E) Matriz GUT de priorização de prazos.

### Questão 51

No Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do MPES, quando um servidor necessita realizar a mesma operação administrativa idêntica (como assinar, tramitar ou incluir uma mesma certidão padrão) em um lote composto por vinte processos digitais distintos de uma só vez, para poupar tempo e evitar retrabalho, o sistema oferece a ferramenta de:

- A) Duplicação sequencial de metadados na TI.
- B) Operações em Bloco (ou assinatura/tramitação em bloco).
- C) Exoneração temporária eletrônica de processos.
- D) Envio dos links por e-mail institucional interno.
- E) Conversão compulsória automática por decurso de prazo.

### Questão 52

Os arquivos das Promotorias Criminais organizam os mandados de busca e apreensão adotando o método de arquivamento numérico cronológico. De acordo com as diretrizes e regras gerais da arquivística para esse método específico, a ordenação dos processos deve basear-se na:

- A) Ordem alfabética estrita dos sobrenomes dos réus investigados.
- B) Sequência numérica da data de entrada ou registro do documento no setor, organizando-os do mais antigo para o mais recente.
- C) Localidade geográfica da comarca destinatária primária.
- D) Dotação orçamentária gasta na instrução pericial criminal.
- E) Classificação de nível de sigilo e confidencialidade estipulado.

### Questão 53

Um cidadão teve o seu pedido de acesso a informações públicas indeferido por decisão motivada emitida pelo Coordenador Administrativo do MPES. Inconformado, o cidadão deseja recorrer administrativamente do indeferimento. Nos termos do Art. 15 da Lei nº 12.527/11 (LAI), contra a decisão de negação de acesso, cabe recurso à autoridade hierarquicamente superior no prazo rígido de:

- A) 5 dias contados da ciência da decisão.
- B) 10 dias contados da ciência da decisão.
- C) 15 dias contados da data de protocolo inicial.
- D) 30 dias fixos, condicionados a alvará judicial.
- E) 60 dias, vedadas prorrogações institucionais.

### Questão 54

No balcão de atendimento presencial das promotorias, o fluxo de comunicação e o relacionamento com o cidadão podem sofrer a incidência de barreiras físicas (ou ambientais). Esse tipo específico de ruído ou obstáculo na mensagem caracteriza-se por:

- A) Preconceitos ou estereótipos psicológicos mantidos pelo atendente.
- B) Fatores do ambiente que interferem na transmissão do som ou da imagem, como barulho excessivo de trânsito, divisórias de vidro inadequadas sem frestas de som ou iluminação deficiente.
- C) O uso de jargões jurídicos complexos que o cidadão leigo desconhece.
- D) A falta de motivação interna do servidor público para exercer a tarefa.
- E) Diferenças culturais ou linguísticas extremas entre emissor e receptor.

### Questão 55

O controle social manifesta-se por meio de canais políticos e jurídicos conferidos ao cidadão para a fiscalização da probidade dos agentes públicos. Assinale a opção que indica o instrumento legítimo pelo qual qualquer cidadão pode provocar a atuação do Ministério Público para a apuração de suposto ato de improbidade administrativa:

- A) Ajuizamento de ADI interventiva estadual.
- B) Representação (ou denúncia fundamentada perante o Ministério Público ou Ouvidoria, indicando elementos mínimos de materialidade e autoria).
- C) Expedição de decreto legislativo autônomo municipal.
- D) Mandado de Injunção coletivo originário perante o STJ.
- E) Ação de Cobrança Mandamental regressiva privada.

### Questão 56

A Diretoria de Gestão Estratégica do MPES avaliou os resultados de um programa de combate à evasão escolar e constatou que a iniciativa reduziu em 60% a criminalidade juvenil e elevou a taxa de empregabilidade dos jovens da região após três anos de vigência. Esse indicador, focado no impacto de longo prazo gerado no meio social externo, mede a:

- A) Eficiência de custos logísticos.
- B) Eficácia de metas nominais imediatas.
- C) Efetividade (pois avalia os impactos reais e as transformações geradas na sociedade pelas ações da organização).
- D) Economicidade de insumos corporativos.
- E) Exemplaridade ética funcional interna.

### Questão 57

No ecossistema da Administração Indireta, o Estado pode instituir fundações públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado. De acordo com as regras constitucionais e as lições doutrinárias aceitas pela FGV, as fundações públicas de direito privado:

- A) São criadas diretamente por lei específica, dispensado o registro público.
- B) Têm sua criação autorizada por lei específica, dependendo o surgimento da personalidade jurídica do registro de seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, definindo a lei complementar suas áreas de atuação.
- C) Ficam integralmente isentas da realização de licitações ou concursos públicos.
- D) Submetem seus bens permanentes à penhorabilidade e alienação irrestrita de mercado.
- E) Gozam de prazos processuais em quádruplo em juízo de forma automática.

### Questão 58

Ao adaptar o Balanced Scorecard (BSC) para a realidade do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, os consultores de gestão precisaram reordenar a arquitetura das perspectivas. No topo do mapa estratégico do MPES, atuando como o objetivo fim de toda a instituição, localiza-se a perspectiva da(o):

- A) Perspectiva Financeira de maximização de lucros.
- B) Perspectiva do Cidadão e da Sociedade (focada na geração de valor público, justiça e pacificação social).
- C) Perspectiva dos Processos Internos burocráticos.
- D) Perspectiva do Aprendizado e Crescimento tecnológico.
- E) Perspectiva do Orçamento Contingencial prudencial.

### Questão 59

No balcão de atendimento, um funcionário tratou um cidadão idoso de forma fria e impessoal, identificando-o nos cadastros unicamente por meio de um código numérico e recusando-se a ouvir o relato de suas dificuldades físicas específicas, sob a alegação de que a burocracia exige a padronização total. Na sociologia das organizações, essa disfunção denomina-se:

- A) Deslocamento de objetivos puros.
- B) Despersonalização do relacionamento (ou rigidez de categorização, em que os usuários perdem a identidade individual e passam a ser tratados como meros números ou fichas padronizadas).
- C) Resistência democrática às inovações.
- D) Excesso de profissionalização meritocrática.
- E) Desconcentração centralizada vertical.

### Questão 60

A central de atendimento digital do MPES recebeu uma remessa eletrônica via portal de petição, contendo arquivos em formato PDF cuja compactação corrompeu os metadados de assinatura na origem. De acordo com as rotinas de protocolo eletrônico e segurança de dados do SEI, a conduta correta do atendente é:

- A) Excluir os arquivos imediatamente do servidor de TI sem fazer registro.
- B) Realizar a autuação preliminar registrando as inconsistências técnicas em metadados, notificar eletronicamente o remetente para reenvio ou saneamento no prazo regulamentar e dar andamento interno cauteloso para evitar perecimento de direitos.
- C) Imprimir os arquivos corrompidos e arquivá-los em caixas de descarte manual.
- D) Inventar uma assinatura digital falsa para validar o processo no SEI.
- E) Manter os arquivos retidos em sua lixeira virtual até o encerramento do ano civil.

# Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

## Tema

A digitalização dos canais de atendimento público e a inclusão social: democratização do acesso ou aprofundamento da exclusão digital?

## Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: A transição do modelo burocrático para a Administração Pública gerencial contemporânea impulsionou a transformação digital e a desmaterialização dos serviços do Estado. Amparada pelos princípios da eficiência e da economicidade (Artigo 37, caput, da CRFB/88), a migração para plataformas virtuais, aplicativos de triagem e o uso de sistemas integrados (como o SEI) visam racionalizar as estruturas organizacionais, erradicar o excesso de formalismo em papel ('red tape') e assegurar a tempestividade e a celeridade no atendimento das demandas dos cidadãos-usuários em tempo real.

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Princiologia: Embora a virtualização represente um salto na produtividade, analistas do direito público e das relações humanas alertam para o risco da despersonalização extrema das rotinas de atendimento, que pode esvaziá-lo do seu papel acolhedor. O princípio da igualdade e o mandamento da universalidade das políticas públicas determinam que o Estado deve garantir o livre acesso a todos os cidadãos, sem distinções estruturais. A substituição integral do atendimento presencial por canais exclusivamente eletrônicos (como chatbots e inteligências artificiais de triagem), quando implementada de forma abrupta e desprovida de canais de suporte humanizado, colide com os direitos fundamentais das parcelas mais vulneráveis da população civil.

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Relatórios consolidados por agências de monitoramento social revelam que, embora 72% dos cidadãos das classes média e alta avaliem como excelente a facilidade dos Portais da Transparência e dos serviços digitais automatizados, cerca de 40% da população localizada em periferias, zonas rurais ou composta por indivíduos idosos enfrenta barreiras severas de acessibilidade (ruídos de comunicação tecnológica) devido à falta de letramento digital ou conectividade estável. O debate central reside em sopesar se a governança digital verdadeiramente democratizou e modernizou a máquina pública ou se acabou por institucionalizar uma nova faceta de exclusão social e opacidade procedimental sob o manto da inovação técnica.

## Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

# Folha de redação

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



# Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

